
JORNALISMO PELO EQUÍVOCO E A REPRESENTATIVIDADE DOS POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ NA COBERTURA MIDIÁTICA DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NA FOZ DO AMAZONAS

MISTAKEN JOURNALISM AND THE REPRESENTATION OF AMAPÁ'S INDIGENOUS PEOPLES IN MEDIA COVERAGE OF OIL AND GAS EXPLORATION AT THE AMAZON RIVER MOUTH

EL PERIODISMO DEL ERROR Y LA REPRESENTACIÓN DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE AMAPÁ EN LA COBERTURA PERIODÍSTICA SOBRE LA EXPLORACIÓN DE PETRÓLEO Y GAS EN LA FOZ DEL AMAZONAS

Flávia Coimbra¹

<https://orcid.org/0009-0009-1151-5097>
<https://lattes.cnpq.br/1037904316070218>

Elissandra Barros²

<https://orcid.org/0000-0002-4454-0952>
<http://lattes.cnpq.br/1619329641405340>

RESUMO: Este artigo analisa a cobertura jornalística sobre a exploração de petróleo e gás na bacia da Foz do Amazonas, com foco na representação dos povos indígenas do Amapá. Fundamenta-se nos referenciais do Bem Viver (Acosta, 2016; Krenak, 2019) e do Jornalismo pelo Equívoco (Laia, 2016; 2020), compreendendo o jornalismo como espaço de disputa ontológica e epistemológica. O corpus é composto por quatro reportagens publicadas entre 2023 e 2024, sendo duas da *Folha de S.Paulo* e duas do portal *Sumaúma – Jornalismo do Centro do Mundo*. A análise evidencia que o termo “desenvolvimento” opera como eixo central de equivocação, assumindo sentidos inconmensuráveis conforme os enquadramentos editoriais. Enquanto a *Folha de S.Paulo* mobiliza uma racionalidade desenvolvimentista baseada na segurança energética e no crescimento econômico, silenciando as vozes indígenas, o *Sumaúma* articula uma perspectiva socioambiental que reconhece os riscos ecológicos e os modos de vida dos povos originários. Conclui-se que tais divergências expressam conflitos estruturais entre racionalidades coloniais e cosmopolíticas indígenas, evidenciando os limites do jornalismo hegemônico na mediação de conflitos socioambientais na Amazônia.

Palavras-Chave: jornalismo; povos indígenas; Amapá; petróleo; equívoco.

ABSTRACT: This article analyzes journalistic coverage of oil and gas exploration in the Amazon River Mouth basin, focusing on the representation—and silencing—of Indigenous peoples from Amapá. Drawing on the theoretical framework of *Buen Vivir*, as proposed by

¹ Discente no Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política (PPCULT) da Universidade Federal do Amapá. E-mail: flaviacoimbra@hotmail.com

² Doutora em Linguística. Docente do Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política (PPCULT) e do Mestrado em Letras, ambos da Universidade Federal do Amapá. E-mail: elisbarros@unifap.br

Acosta (2016) and Krenak (2019), and on the methodology of *Journalism by Mistake* developed by Medeiros Laia (2016; 2020), the study investigates how different conceptions of development are mobilized and disputed within media narratives. The empirical corpus consists of four reports published between 2023 and 2024, two from *Folha de S.Paulo* and two from *Sumaúma – Journalism from the Center of the World*, selected for representing contrasting editorial projects and discursive positions. The analysis shows that the term “development” operates as a central axis of equivocation, assuming incommensurable meanings according to each outlet’s framing. While *Folha de S.Paulo* privileges a developmentalist rationality grounded in energy security, economic growth, and capital logic—often silencing Indigenous voices directly affected by the project—*Sumaúma* articulates a socio-environmental perspective that recognizes ecological risks, the centrality of prior consultation, and Indigenous ways of life. The study concludes that these divergences do not constitute mere journalistic errors, but rather express ontological and epistemological conflicts between colonial rationalities and Indigenous cosmopolitics, revealing the limits of hegemonic journalism in mediating socio-environmental conflicts in the Amazon.

Keywords: journalism; Indigenous peoples; Amapá; development; oil; equivocation.

RESUMEN: Este artículo analiza la cobertura periodística sobre la exploración de petróleo y gas en la cuenca de la desembocadura del Amazonas, con énfasis en la representación —y el silenciamiento— de los pueblos indígenas de Amapá. A partir del marco teórico del *Buen Vivir*, según lo propuesto por Acosta (2016) y Krenak (2019), y de la metodología del *Periodismo por el Equívoco*, desarrollada por Medeiros Laia (2016; 2020), se investiga cómo distintas concepciones de desarrollo son movilizadas y disputadas en las narrativas mediáticas. El corpus empírico está compuesto por cuatro reportajes publicados entre 2023 y 2024, dos del periódico *Folha de S.Paulo* y dos del portal *Sumaúma – Periodismo del Centro del Mundo*, seleccionados por representar proyectos editoriales y posicionamientos discursivos contrastantes. El análisis evidencia que el término “desarrollo” opera como eje central de equivocación, asumiendo sentidos inconmensurables según los encuadres adoptados por los medios. Mientras *Folha de S.Paulo* privilegia una racionalidad desarrollista anclada en la seguridad energética, el crecimiento económico y la lógica del capital —silenciando con frecuencia las voces indígenas directamente afectadas—, *Sumaúma* articula una perspectiva socioambiental que reconoce los riesgos ecológicos, la centralidad de la consulta previa y los modos de vida de los pueblos originarios. Se concluye que tales divergencias no constituyen meros errores periodísticos, sino que expresan conflictos ontológicos y epistemológicos entre racionalidades coloniales y cosmopolíticas indígenas, revelando los límites del periodismo hegemónico en la mediación de conflictos socioambientales en la Amazonía.

Palabras-Clave: periodismo; pueblos indígenas; Amapá; desarrollo; petróleo; equívoco.

INTRODUÇÃO

A controvérsia em torno da exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas ganhou destaque nos anos de 2024 e 2025, especialmente após o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negar³, em diferentes momentos, licenças solicitadas pela Petrobras para perfuração na região. A tensão entre os compromissos ambientais assumidos pelo governo federal e os interesses econômicos relacionados à

³ Folha de São Paulo (2023), disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-nega-licenca-de-perfuracao-na-bacia-da-foz-do-amazonas>.

exploração de combustíveis fósseis tornou-se pauta recorrente em debates públicos, mobilizando ambientalistas, cientistas, lideranças indígenas e representantes da indústria petrolífera. O projeto de extração está planejado para ocorrer a cerca de 160 quilômetros da costa de Oiapoque, no Amapá. A região abriga ecossistemas extremamente sensíveis (Antunes, 2023), incluindo mangues, importantes áreas de pesca e habitats para espécies ameaçadas de extinção. O risco de acidentes ambientais de grande escala é real⁴ e, nesse contexto, emergem visões distintas e muitas vezes conflituosas: empresários e setores do governo apostam no desenvolvimento econômico impulsionado pelo capital energético, enquanto a população local, especialmente as comunidades indígenas, se opõem, compreendendo os danos irreversíveis que um vazamento poderia causar em suas águas, suas terras e sua cultura.

A cobertura da mídia local sobre a exploração petrolífera na bacia da Foz do Amazonas tem, em grande parte, reproduzido discursos alinhados ao ideário desenvolvimentista, enfatizando promessas de geração de empregos, crescimento econômico e inserção do Amapá no cenário energético nacional. Essa narrativa, ancorada em uma lógica de urgência comercial e progresso imediato, frequentemente ignora os riscos socioambientais associados ao empreendimento e carece de aprofundamento técnico ou científico. Ao privilegiar interesses econômicos e políticos, a imprensa regional acaba por reforçar expectativas na população local – e também de outras regiões – sem considerar os impactos a longo prazo, tanto para os ecossistemas quanto para os modos de vida das comunidades costeiras e indígenas. Tal situação reforça uma ideia já defendida por Loureiro (2012, p. 526), para quem as organizações de produção atuais “foram estabelecidas sob os princípios que regem os mercados mundiais, nos quais a Amazônia se insere de forma subordinada e em permanente desvantagem, apesar de sua biodiversidade ímpar”. Faz-se necessário que outras formas de desenvolvimentos sejam adotadas, de maneira que, para Sumaúma (2023) “tragam em sua essência uma postura de reatamento das relações sociais, especialmente com as populações tradicionais e com as inúmeras etnias que povoam a região”.

⁴ Em janeiro de 2026, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) determinou a paralisação temporária de uma operação de perfuração exploratória de petróleo no bloco FZA-M-059, na bacia da Foz do Amazonas, após a identificação de vazamento de fluido de perfuração no mar durante testes operacionais. Embora o material não seja classificado como petróleo, o Ibama informou que o episódio evidencia falhas operacionais relevantes em uma região considerada ambientalmente sensível, reforçando as preocupações quanto aos riscos associados à atividade exploratória na área. O caso reacendeu o debate público sobre a viabilidade ambiental do empreendimento e a segurança das operações na região amazônica costeira (Metrópoles, 2026).

No município de Oiapoque, conforme aferido pelo censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 29,43% da população é autodeclarada indígena, o que corresponde a 8.088 pessoas, entre os 27.482 residentes do município. Nesse território vivem os povos Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur-Arukwayene e Galibi-Kali'na, cujas formas de vida, cosmologias e sistemas produtivos tradicionais estão intimamente ligados ao equilíbrio dos ecossistemas locais. Para essas comunidades, a terra, os rios e o mar não são recursos exploráveis, mas entidades com as quais mantêm relações de reciprocidade e cuidado. Nesse sentido, os riscos ambientais decorrentes da possibilidade de exploração de petróleo na região são uma ameaça direta à continuidade de seus modos de existência e à integridade de seus territórios.

A ausência ou marginalização das vozes indígenas no debate público sobre a exploração petrolífera na costa do Amapá revela uma assimetria persistente na cobertura midiática regional e nacional. Estudos como o realizado por Melo (2003), têm apontado que os meios de comunicação tendem a priorizar fontes oficiais, empresariais e governamentais, relegando a segundo plano os saberes, experiências e posicionamentos das populações indígenas, mesmo quando diretamente afetadas pelas decisões em pauta. Essa invisibilização não é um fenômeno recente, mas expressão de um problema estrutural de sub-representação e de enquadramento limitado das pautas indígenas, que são frequentemente tratadas de forma pontual, exótica ou descontextualizada, em vez de inseridas como parte fundamental dos debates sobre meio ambiente, direitos territoriais e políticas públicas. Esteves e Cal (2024, p. 3), ao relacionar natureza e as pessoas como um organismo só, defendem que “essa indissociação, oriunda de cosmovisões indígenas, entre território, corpo e espírito é essencial para a compreensão das opressões vivenciadas” uma vez que o silenciamento das vivências indígenas também pode se estender para a natureza e os bens naturais, como abordam Acosta (2016) e Krenak (2019).

O objetivo deste artigo é analisar a cobertura midiática em torno da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, com foco nas diferentes concepções de desenvolvimento veiculadas em reportagens da *Folha de S.Paulo* e do portal *Sumaúma – Jornalismo do Centro do Mundo*. A investigação busca compreender como o jornalismo pelo equívoco se manifesta nesse contexto, evidenciando as disputas de sentidos e as tensões entre distintos modos de compreender o mundo. Para isso, utilizamos as categorias *Bem Viver*, conforme postulado por Acosta (2016) e Krenak (2019), e *equívoco*, proposto por Medeiros Laia (2016), situando as narrativas jornalísticas em meio aos embates entre racionalidades coloniais e cosmopolíticas indígenas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pensar a comunicação na América Latina exige compreender suas especificidades históricas, culturais e políticas, que a distinguem de modelos hegemônicos centrados em tecnologias e meios de transmissão. Nesse contexto, Rincón (2018) propõe uma abordagem crítica e sensível, que entende a comunicação como prática cultural, atravessada por experiências, afetos e disputas por sentido. Como afirma o autor, “na América Latina, a comunicação sempre foi outra coisa: um assunto não somente de meios ou tecnologias, mas de processos, práticas e experiências de cultura; mais do que jornalismo ou meios de comunicação” (Rincón, 2018, p. 53). Essa perspectiva amplia a compreensão da comunicação ao vinculá-la à produção de subjetividades, ao direito à visibilidade e à construção de cidadanias narrativas. Em sua leitura, comunicar é também um ato de afirmação política e estética, que pode reverter silenciamentos históricos e abrir espaço para outras formas de existência e expressão. Nesse sentido, Rincón (2018, p. 76) destaca:

É por isso que proponho que a comunicação é sobre a autoestima das pessoas e da comunidade, o que é muito político, porque as visibilidades descompromissadas importam muito para a visibilidade dos silenciados; e, por isso, o mais político é encher as telas de rostos e corpos invisíveis nos grandes meios e nas máquinas de estilo. Todos temos direito de estar nas telas, porém de estar nelas com nossas próprias estéticas, formas de dizer, afetos e narrativas, o que chamo de cidadanias celebrities.

A partir dessa abordagem, a comunicação é compreendida como espaço de disputa simbólica, no qual se constroem e se tensionam diferentes visões de mundo, valores e modos de vida, sendo fundamental para refletir sobre os sentidos de “desenvolvimento” e as estratégias discursivas dos meios de comunicação em contextos de conflito socioambiental. Assim, reiterar a existência de grupos marginalizados na sociedade é também garantir que suas vozes sejam amplificadas e suas culturas respeitadas, promovendo formas de reconhecimento que rompem com os silenciamentos históricos e com as estéticas normativas impostas pelos grandes meios.

O Bem Viver, como conceito central em cosmologias indígenas latino-americanas, propõe uma vida em harmonia com a natureza, enfatizando a reciprocidade e a integração com os ecossistemas ao redor. Ao invés de uma visão de progresso voltada à acumulação e à exploração de recursos naturais, se apresenta como a tentativa de existir em harmonia. Acosta

(2016, p. 14) discute que o conceito de desenvolvimento nos paradigmas ocidentais tem gerado uma cultura da morte ao impor padrões de consumo e degradação ambiental que são incompatíveis com os modos de vida de muitas comunidades tradicionais, pois o “Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza”. Esse pensamento oferece um aporte teórico relevante ao propor o conceito de Bem Viver como contraponto às concepções hegemônicas de desenvolvimento. Para Acosta (2016, p. 15):

O Bem Viver — isto é fundamental — supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. Por isso mesmo, as discussões sobre o Bem Viver, termo em construção, são extremamente enriquecedoras. O Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Crítica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da Humanidade — que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo. Por outro lado, os países que se assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais os sinais de seu mau desenvolvimento. E isso em um mundo em que as brechas que separam ricos e pobres, inclusive em países industrializados, se alargam permanentemente.

A crítica de Acosta (2016) à ideia de desenvolvimento evidencia não apenas os limites de um modelo econômico excludente e insustentável, mas também a necessidade de adotar paradigmas alternativos que valorizem outras formas de existência e de relação com o mundo. O Bem Viver, nesse sentido, não se reduz a um projeto econômico, mas propõe uma ruptura epistemológica com a lógica colonial, individualista e extrativista que sustenta o imaginário do progresso. Trata-se de um chamado à reconfiguração das relações entre seres humanos e entre estes e a natureza, rompendo com a separação artificial entre cultura e ambiente, sujeito e território. Essa concepção demanda o reconhecimento de outras cosmologias e racionalidades que resistem nas margens e que sustentam formas de vida baseadas na reciprocidade, no cuidado e na interdependência.

Para compreender a noção de Bem Viver, também é necessário pensar a relação dos humanos com a terra, a partir de Krenak (2019, p. 9):

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso - enquanto seu lobo não vem -, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza [...] Enquanto isso, a

humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia, ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra.

O Bem Viver, conforme formulado por Acosta (2016) e Krenak (2019), fundamenta-se em uma concepção relacional de mundo que reconhece os seres humanos como parte de um coletivo ampliado de existências humanas e não humanas. Trata-se de uma proposta ética, política e epistemológica que busca reconectar os humanos à terra, rompendo com o paradigma hegemônico da civilização da mercadoria, no qual o capital ocupa posição central e a natureza é reduzida à condição de recurso econômico passível de exploração. Ao tensionar essa lógica, o Bem Viver questiona os fundamentos do desenvolvimento moderno e propõe outras formas de habitar o mundo, baseadas na reciprocidade, no cuidado e na interdependência entre territórios, corpos e modos de vida.

Em contraste, a concepção ocidental de desenvolvimento está profundamente enraizada nos valores da colonialidade, que historicamente associam a ideia de progresso ao controle, à hierarquização dos saberes e à imposição de um ideal universal de civilização sobre povos e culturas classificados como “primitivos” ou “atrasados”. No contexto do colonialismo, o desenvolvimento foi mobilizado como instrumento de “esclarecimento” e ordenamento de territórios e populações indígenas, operando como justificativa para a dominação cultural, política e territorial. Ao longo dos séculos, esse ideário consolidou-se como matriz hegemônica do pensamento moderno, naturalizando as transformações tecnológicas, urbanas e financeiras como valores universais, neutros e incontestáveis, ao mesmo tempo em que invisibilizou outras racionalidades, cosmologias e formas de relação com a terra. É o que acontece, por exemplo, no modelo de desenvolvimento amazônico, como explica Loureiro (2012, p. 23):

A identificação de progresso com desenvolvimento material se reflete e impregna todos os ângulos da vida social moderna [...] Mas, além de o progresso ter-se convertido em expressão e em conceito equivalente de desenvolvimento material e de consumo individual crescentes, essa forma de desenvolvimento que procura imitar o dos países hegemônicos se apresenta para governantes, elites e amplos segmentos das sociedades ocidentais como a única via possível de alcançar o bem-estar social, o que, por sua vez, só a sociedade de consumo pode propiciar. A situação, portanto, é de uma circularidade tal que, para muitos, não há saída possível. Mas, se esse padrão

de desenvolvimento e consumo tornou-se a aspiração idealizada dos países periféricos, paradoxalmente, ele foi se tornando não apenas pouco recomendável como também irreproduzível no mundo atual. A impossibilidade dos países periféricos de reproduzirem a façanha dos países hegemônicos se deve a várias razões: a acumulação dos países centrais processou-se com base no antigo sistema colonial, na escravidão, nas guerras de conquista e na exploração dos países periféricos e esse processo histórico não pode ser refeito pelos países periféricos nos dias atuais; em segundo lugar, porque o modelo de desenvolvimento adotado tem gerado mais exclusão que igualdade social, e isso vem se tornando intolerável por parte dos menos favorecidos e dos excluídos sociais; em terceiro lugar, porque os recursos naturais do planeta tornaram-se insuficientes para garantir aos países periféricos o mesmo nível de consumo de que gozam os países centrais; em quarto lugar, porém não menos importante, porque o progresso material e a elevação dos padrões de consumo processaram-se em descompasso com o desenvolvimento moral, intelectual e humano das sociedades ocidentais, o que produziu um profundo e visível hiato entre os primeiros e os últimos. Esse descompasso vem gerando incontáveis consequências perversas e danosas para um número significativo de pessoas.

É necessário, portanto, encontrar um novo modelo de desenvolvimento que seja capaz de se adaptar às regiões de periferias urbanas, como a Amazônia. Loureiro (2012, p. 24) garante que:

As diversas experiências de desenvolvimento propostas para a Amazônia faliram em sua missão de desenvolver a região; são excludentes, comprometem ou destroem a rica multiculturalidade, dissolvendo num todo comum as particularidades e especificidades dos grupos sociais; são concentradores de renda, geram poucos empregos, espalham miséria em torno dos grandes empreendimentos onde se implantam e provocam enormes danos ambientais.

Para Acosta (2016, p. 25), em muitas comunidades indígenas, o conceito de desenvolvimento é indissociável do Bem Viver, uma vez que os parâmetros que orientam a compreensão do que significa “desenvolver-se” estão profundamente vinculados à relação com a natureza. Nessa perspectiva, o desenvolvimento deixa de ser aferido por indicadores de crescimento econômico ou acumulação material e passa a ser compreendido a partir da capacidade de sustentar a vida em sua dimensão coletiva, territorial e ecológica. Como afirma o autor, “aqui surge um elemento-chave: o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza”.

Essa concepção implica que transformações sociais e ambientais devem sempre estar em equilíbrio com a sustentabilidade e a integração ao meio ambiente, sendo o desenvolvimento visto não como um fim em si, mas como um meio de preservar modos de vida sustentáveis e

culturalmente significativos. Esse contraste de valores é essencial para compreender o conflito contemporâneo entre as perspectivas indígenas de bem viver e as políticas de desenvolvimento voltadas para o lucro e o crescimento econômico, frequentemente em detrimento da sustentabilidade ambiental e social.

Para Becker (2005, p. 72), “a Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo como paradigma de relação sociedade-natureza”, ou seja, os recursos naturais presentes nesse território são lidos como matéria-prima infinita de desenvolvimento, responsáveis pelo lucro predatório na Amazônia. A autora atribui a mercantilização da natureza aos contextos sociais e históricos latino-americanos, pois para Becker (2005, p. 77), “enquanto as tecnologias avançadas são desenvolvidas nos centros de poder, as reservas naturais estão localizadas nos países periféricos, ou em áreas não regulamentadas juridicamente. Esta é, pois, a base da disputa”.

Definir desenvolvimento, nesses contextos, se revela uma tarefa complexa. Para dar conta desses múltiplos significados, buscamos em Medeiros Laia (2016) um caminho possível através do *Jornalismo pelo Equívoco*, metodologia desenvolvida no âmbito da sua tese no Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFRJ. Para o autor, compreender as visões jornalísticas como representações que transcrevem seus mundos é o ponto de partida do seu método.

A ideia, precipitada nas vivências de campo, de que o jornalismo, mais do que uma essência, mais do que uma construção, é um ponto de vista: quem o habita é cooptado por aquela visão. Habitar o lugar do jornalismo é estar em uma rede sociotécnica na qual, além dos entes humanos, propriamente ditos, estão todos os outros elementos agenciadores. Por isso, importa menos o nome, o conceito cristalizado, e mais o caminho, as relações estabelecidas com os outros membros. É essa rede de relações, com o nome provisório de jornalismo, que traduz os acontecimentos do mundo (Laia, 2020, p. 8).

Compreendendo o jornalismo como responsável por traduzir os acontecimentos mundiais, Laia (2020, p. 10) propõe quatro pontos de partida para a criação da metodologia:

1) o jornalismo é uma rede sociotécnica; 2) portanto, é preciso estar atento não só às atividades dentro das redações, mas a toda a rede de produção dos relatos, ampliando o escopo das pesquisas. 3) como rede sociotécnica, o jornalismo é o fluxo de agenciamentos e não as coisas em si, portanto, o conceito de jornalismo é temporário e muda, 4) logo, a Teoria do Jornalismo em Equívoco se apresenta como uma abordagem relacional que inventa

conceitos e decanta conclusões a partir do desenho das relações entre os entes, e não a partir das suas nomeações no ponto inicial da pesquisa.

Portanto, para Laia (2020, p. 50), o *Jornalismo Pelo Equívoco* é uma proposta teórica que desafia o jornalismo tradicional ao sugerir que este contemple e valorize as diferenças culturais e as perspectivas diversas em vez de tentar reduzi-las ou padronizá-las. Sugere, então, que o jornalismo atue mais como um tradutor de mundos distintos, em que a tradução é necessariamente parcial e imperfeita, reconhecendo que diferentes culturas têm formas únicas de ver e entender o mundo. Segundo ele, ainda sobre a construção da metodologia:

Para esta reflexão, mais importante do que criar uma borda de definição e um sistema de fiscalização para definir quem é ou não é alguma coisa, é entender qual novo mundo está sendo criado a partir das associações construídas, quais são os devires possíveis [...] O diálogo não avança porque não há consenso e nossa comunicação opera, sistematicamente, pela via do repertório, considerando que há apenas uma verdade e muitas formas de acessá-la, diferentes epistemologias, fenômeno que podemos chamar de unirreferencialidade. É por isso que a comunicação no contexto ameríndio pode nos oferecer escapes possíveis: levando em conta uma série de atores, para além dos humanos, como o humanismo os inventou, a comunicação transespecífica não opera por repertório, está fundamentada na ideia de cuidado mútuo, a partir do modelo xamânico de trocas multirreferenciais. Isso é a comunicação pelo equívoco, que, mesmo sob o risco inerente à sistematização, pode ser sumariada nos seguintes pontos: 1) o processo comunicacional é uma rede sociotécnica, fruto dos agenciamentos entre os entes que compõem essa rede, sem verticalidade ontológica, tanto entre humanos, quanto entre humanos e não humanos; 2) sendo assim, a noção de pessoa é expandida a outros existentes; a ideia de humanidade é includente e relacional; o animismo é revisitado, considerando a comunicação das coisas; 3) conhecer é subjetivar e não objetificar; portanto deve haver a disposição (e disponibilidade) para o deslocamento entre pontos de vista, a identificação com humanidades outras; 4) portanto, a tradução emerge como operação comunicacional por excelência, especialmente a partir do trânsito entre mundos promovido pelos xamãs, sem redução da diferença, a partir da equivocação controlada; 5) logo, considerando o perigo desta transação, este deslocamento requer um cuidado constante, mais que o conhecimento ato do custo; 6) considerando assim o risco inerente ao trabalho, a tradução é operada por “apalpadelas”, num exercício constante de improvisação criativa.

Esse conceito se baseia na ideia do “equívoco controlado” de Eduardo Viveiros de Castro (2018), onde o processo de comunicação entre culturas não busca a total compreensão ou tradução exata de uma realidade para outra, mas, ao contrário, preserva o caráter único e intransferível de cada perspectiva. De acordo com Castro (2018, p. 250), a comparação não se define apenas como uma ferramenta analítica, mas também como “nossa matéria-prima e nossa

fundamentação suprema, porque o que comparamos são sempre e necessariamente, de uma forma ou outra, comparações”. Ainda sobre o método comparativo, o autor propõe a noção de “*equivocação* como uma maneira de reconceituar, com a ajuda da antropologia perspectivista ameríndia, este procedimento emblemático da nossa antropologia acadêmica – a comparação”, pois a tentativa de traduzir diferentes mundos expõe dúvidas sobre o que deve ou não ser traduzido.

A comparação na qual penso é uma regra constitutiva da disciplina. Diz respeito ao processo envolvido na tradução dos conceitos práticos e discursivos do “nativo” para os termos do aparato conceitual da antropologia, um de seus termos, e que começa a ser processada a partir do primeiro momento do trabalho de campo, senão muito antes. Controlar esta comparação tradutiva entre antropologias é precisamente no que consiste a arte da antropologia [...] para que possa traduzir, e não explicar, justificar, generalizar, interpretar, contextualizar, revelar o inconsciente, dizer o que não precisa ser dito, e assim por diante. Adicionaria a isto que traduzir é sempre trair, como diz o ditado italiano (Castro, 2018, p. 251).

Nessa perspectiva, em vez de tentar enquadrar todas as narrativas em uma visão objetiva e homogênea, o *jornalismo pelo equívoco*, de Medeiros Laia (2016), permite que diferentes realidades coexistam, criando um espaço para que vozes e culturas diversas sejam representadas em sua complexidade original, sem forçar uma uniformidade que dilua suas particularidades. A proposição é que o jornalismo funcione como um controle diferenciante, ou seja, uma prática que preserve as diferenças culturais e reconheça as múltiplas camadas de significado, promovendo um diálogo entre realidades sem que uma subjuguie ou apague a outra.

Destarte, os conceitos de tradução e diferenciação, apontados por Castro (2018, p. 250), explicam uma possibilidade de reconceituar a visão dos não indígenas através de uma perspectiva ameríndia, ou seja, caminhos para compreender outras realidades. Para o autor, traduzir outras visões deve envolver a “traição” da língua que receberá a nova interpretação, e não o contrário. Para Castro (2018, p. 250), “uma boa tradução é uma que permite que os conceitos alienígenas deformem e subvertam a caixa de ferramentas conceitual do tradutor para que o intento da língua original possa ser expresso dentro da língua nova”. Compreendemos, então, que a responsabilidade de percorrer outros mundos carrega consigo o dever de ser justo ao outro, sendo fiel às suas visões e aos seus mundos.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada é de natureza básica, com o objetivo de gerar reflexões que contribuam para o avanço dos debates sobre as identidades indígenas e as suas representações em conteúdos jornalísticos. Além disso, segue a linha descritiva, considerando a observação e o registro de análises de dados, destacando suas causas e relações, buscando compreender não apenas quais os equívocos construídos no recorte, mas porque ocorrem essas divergências de sentido.

A metodologia adotada também se fundamenta na construção teórica do conceito de desenvolvimento, especialmente no que se refere à visão indígena e aos apontamentos feitos por autores como Krenak (2019) e Acosta (2016). Com isso, buscamos identificar como as narrativas midiáticas sobre o desenvolvimento contrastam com as noções de Bem Viver. Ao aplicar a noção do *Jornalismo pelo Equívoco*, propomos uma investigação das escolhas e interpretações jornalísticas, considerando os conceitos citados pela matéria e quais as representações criadas a partir deles. Isso permitirá compreender as dinâmicas de poder, o imaginário de desenvolvimento e a maneira como as representações da realidade indígena são moldadas e comunicadas ao público.

Neste estudo, a análise será realizada a partir de quatro materiais jornalísticos. Selecionamos duas matérias publicadas pela *Folha de S.Paulo*, e duas matérias publicadas pela *Sumaúma - Jornalismo do Centro do Mundo*, entre 2023 e 2024. Esse recorte pretende expor duas visões de mundo divergentes, capazes de gerar o equívoco aqui analisado. Escolhemos a *Folha de S.Paulo* devido a sua relevância nacional, por ser um veículo de renome, e por apresentar, em alguns casos, uma postura questionável em relação às decisões comerciais sobre a cobertura ambiental, como aponta Nascimento (2024). Posteriormente, escolhemos *Sumaúma*, devido ao seu posicionamento enquanto alternativa midiática para os problemas sociais que envolvem a Amazônia, sendo um veículo de renome no jornalismo ambiental nacional e internacional, a exemplo da premiação de Eliane Brum, fundadora da plataforma trilingue, como a Pensadora do Ano de 2025 na revista britânica *Prospect*.

As matérias selecionadas da *Folha de S.Paulo* têm os títulos: “Brasil deve pensar na demanda global, diz Silveira ao defender extração de petróleo na foz do Amazonas”, publicada em 4 de novembro de 2024 e “Presidente da Petrobras diz que petróleo 'não é incongruente' com preservação ambiental”, publicada dia 13 de novembro de 2024. No *Sumaúma*: “Carta aos

amigos desenvolvimentistas”, postada no dia 27 de setembro de 2023 e “Quando a maré dobrar, a mancha vai entrar”, do dia 3 de fevereiro de 2023.

Optamos por esses recortes midiáticos com o objetivo de examinar como o conceito de desenvolvimento é mobilizado nas narrativas jornalísticas, especialmente no que se refere aos povos indígenas, evidenciando os sentidos divergentes que o termo assume conforme a perspectiva editorial adotada. A análise seguiu um percurso metodológico em etapas. Inicialmente, identificou-se o termo que opera como eixo do equívoco, a partir do qual foram examinados os processos de construção de sentido associados ao tema. Em seguida, procedeu-se à identificação das palavras e expressões de maior recorrência nos materiais analisados, de modo a evidenciar as prioridades discursivas de cada veículo. Por fim, realizou-se a análise das contradições emergentes, orientada pelas seguintes questões analíticas: quais equívocos são produzidos nas narrativas jornalísticas? De que maneira esses equívocos se articulam? O que a construção dessas visões revela sobre as diferentes concepções de mundo em disputa?

O referencial do Jornalismo pelo Equívoco (Laia, 2016), orientou a estruturação do percurso analítico adotado neste estudo, possibilitando a identificação de quatro etapas principais. A primeira consistiu na delimitação de um termo que operasse como evidência do equívoco, em torno do qual se organizam os sentidos em disputa. Em seguida, analisou-se o processo de construção dos significados associados a esse termo nas narrativas jornalísticas. A terceira etapa concentrou-se na identificação das palavras e expressões de maior frequência e recorrência nos textos analisados, com o objetivo de evidenciar padrões discursivos e prioridades editoriais. Por fim, procedeu-se à análise das contradições emergentes, considerando a ideia central veiculada, os argumentos mobilizados para sustentá-la e a visão de mundo que se expressa como resultado dessas escolhas narrativas. Ressalta-se que o recorte analítico não tem por finalidade hierarquizar ou julgar as perspectivas em confronto, mas evidenciar suas diferenciações. Nessa abordagem, o equívoco é compreendido como um operador analítico que permite acessar camadas de sentido que extrapolam a literalidade do texto. A seguir, a Tabela 1 apresenta os eixos utilizados na organização e sistematização da análise dos conteúdos jornalísticos.

Quadro 1 – Eixos utilizados na tabela de análise dos conteúdos

Jornal	Título da Reportagem	Autoria das reportagens	Data da publicação	Principais termos	Acesso

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Nas reportagens, a palavra *desenvolvimento* surge como o termo central que gera múltiplos entendimentos. Para a *Folha de S.Paulo*, o desenvolvimento se associa à segurança energética, desenvolvimento econômico e responsabilidade econômica, construindo a ideia de um progresso econômico regional e nacional que depende da exploração de recursos. Já para o *Sumaúma*, o desenvolvimento está intrinsecamente ligado à preservação ambiental e à segurança do ecossistema amazônico, associando a exploração a perigos e riscos. Esse descompasso entre significados revela a incomensurabilidade de perspectivas e aponta para o primeiro equívoco: “desenvolvimento” carrega conotações que variam conforme os interesses e valores de cada veículo.

Na *Folha de S.Paulo*, o termo desenvolvimento é construído em torno da ideia de exploração econômica benéfica e necessária, justificada pela responsabilidade energética com o país e pelo avanço do capital. A visão é de que o desenvolvimento depende da exploração de recursos naturais para gerar oportunidades de evolução e fortalecer a economia amapaense, a exemplo dos trechos da *Folha de S.Paulo* (2024):

A questão do petróleo não é uma questão de oferta, é uma questão de demanda global [...] A Petrobras é uma empresa que fornece combustível e petróleo para a segurança energética não só do Brasil, mas global”, disse Silveira, “É perfeitamente possível e desejável conciliar a liderança na transição energética justa com a exploração responsável de petróleo e gás”. O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, defendeu que o restauro é a maneira mais barata de reduzir o estoque de emissões na atmosfera.

Em *Sumaúma* (2023), ao contrário, o desenvolvimento é incompatível com a exploração de petróleo na região, sendo tratado como uma ameaça existencial, associada a potenciais derramamentos de óleo e extermínio de biodiversidade, como nos trechos:

É uma região difícil, complicada, sensível ecologicamente, o que gera de renda para o local não justifica o impacto causado. É quase uma maldição porque depois acaba a exploração e volta tudo a ser como era⁵”, “jamais seremos liderança ambiental global sem uma mudança consistente de atitude, fundada na compreensão socioecológica da crise e na urgência que o problema tem”, “vivemos uma escalada sem precedentes desse desequilíbrio, com poluição desenfreada e quase 1 bilhão de pessoas passando fome, enquanto vamos sendo soterrados por 1,5 bilhão de carros e 16 bilhões de celulares⁶”,

⁵ Folha de São Paulo (2023) disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-nega-licenca-de-perfuracao-na-bacia-da-foz-do-amazonas>

⁶ Sumaúma (2023) disponível em: <https://sumauma.com/quando-mare-dobrar-mancha-vai-entrar-petroleo-foz-amazonas/>

“A ministra Marina Silva já deixou bem claro que enxerga a exploração de petróleo na margem equatorial do Brasil como enxerga a usina de Belo Monte: um equívoco monumental.

Esses diferentes processos de construção de significados nos mostram que, para o *Sumaúma*, desenvolvimento real só é alcançado se a integridade ambiental for preservada, o que sugere uma concepção ligada ao bem viver, citado anteriormente.

Aprofundando nos conteúdos, a análise de palavras recorrentes evidencia as prioridades de cada veículo: enquanto a *Folha de S.Paulo* enfatiza termos como oportunidade e responsabilidade energética, sugerindo que o petróleo é um meio legítimo de progresso, *Sumaúma* usa termos como riscos, vazamento e extermínio, chamando atenção para os impactos ambientais. Essa escolha de palavras mostra como cada veículo adota uma postura distinta: a *Folha de S.Paulo* reforça uma visão desenvolvimentista que privilegia o capital, enquanto *Sumaúma* adverte sobre as ameaças à biodiversidade e à sustentabilidade. Esse padrão de linguagem reflete, assim, as respectivas inclinações para um desenvolvimento econômico versus um desenvolvimento ecológico e sustentável.

Ao identificar as diferenças nos discursos, deparamo-nos com os seguintes equívocos: “É necessário para a economia amapaense explorar a foz do Amazonas?” e “É preciso abrir mão da segurança ambiental para o avanço do capital?”. Para a *Folha*, a autorização para a exploração é urgente, e os estudos ambientais são necessários para respaldá-la rapidamente, em favor do desenvolvimento econômico, como cita a *Folha de São Paulo* (2024) ao falar sobre a presidente da Petrobras em evento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: “Em meio ao embate para abrir nova fronteira para exploração de petróleo no Amapá, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, aproveitou evento no BNDES para defender que o combustível fóssil ‘não é incongruente’⁷ com preservação do meio ambiente”.

Em *Sumaúma*, a exploração é um erro, e o conteúdo prioriza o alerta sobre os riscos de um desastre ambiental que pode afetar não só a Amazônia, mas também áreas distantes, devido às correntes marítimas da região. Para além dos possíveis desastres, no primeiro texto, *Sumaúma* (2023) afirma:

Se esquecem os desenvolvimentistas de que o tempo do petróleo já passou. Ainda que fosse confirmada a existência de enormes reservas na margem equatorial brasileira, ainda que nunca houvesse vazamentos nem acidentes,

⁷ *Folha de São Paulo* (2023) disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/presidente-da-petrobras-diz-que-petroleo-nao-e-incongruente-com-preservacao-ambiental.shtml>

ainda que as correntes se orientassem todas para longe do continente, ainda que o oceano fosse um sorvedouro ilimitado de óleo, ainda que as florestas, manguezais e corais não fossem frágeis, ainda que populações indígenas e ribeirinhas não se organizassem nem protestassem contra essa violência, ainda que nenhuma forma de vida existisse ali e todos os sonhos mais toscos dos capitalistas predatórios fossem realidade, qualquer produção capaz de ser comercializada só ocorreria em dez anos. Os defensores da exploração de petróleo na margem equatorial querem uma década inteira do nosso futuro para voltar ao passado. Como convencê-los a perceber o Tempo, o Sol e a Lua, o Vento e as Marés?⁸

Esses equívocos expõem a discordância fundamental sobre o que significa “desenvolver”: para a *Folha de São Paulo*, é explorar recursos para promover o crescimento econômico imediato; para *Sumaúma*, é preservar o ambiente e os modos de vida tradicionais, entendendo o desenvolvimento como um conceito que deve envolver o sustentável e inclusivo.

Figura 4 – O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defende a exploração de petróleo na Foz do Amazonas

PETROBRAS

Brasil deve pensar na demanda global, diz Silveira ao defender extração de petróleo na foz do Amazonas

Debate com governadores do Norte e presidente do Ibama escancara dificuldade da ala ambiental do governo federal

Fonte: *Folha de S.Paulo* (2024).

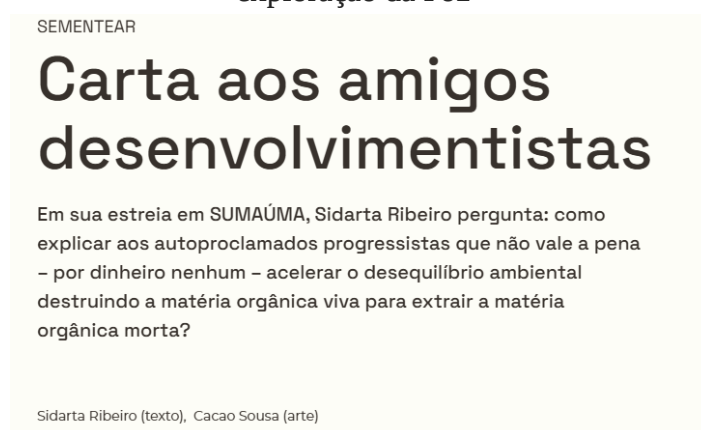
Na Figura 4, a reportagem intitulada “*Brasil deve pensar na demanda global, diz Silveira ao defender a extração de petróleo na foz do Amazonas*”, publicada em 4 de novembro de 2024, apresenta a defesa, por parte do Ministro de Minas e Energia, de que a questão energética ultrapassa o âmbito local, sendo formulada como uma demanda de caráter global. O discurso mobiliza termos como *transição*, *necessária*, *riquezas*, *população* e *pobreza*, construindo uma narrativa que associa a exploração petrolífera à ideia de responsabilidade econômica e superação de desigualdades sociais. A matéria incorpora ainda falas de Clécio Luís, governador do Amapá e defensor do empreendimento, que recorre a expressões como

⁸ Sumaúma (2023) disponível em: <https://sumauma.com/coluna-sementear-sidarta-ribeiro-carta-aos-amigos-desenvolvimentistas/>

gravidade global, produzir riquezas, indicadores ambientais e pobreza, reforçando a legitimação do projeto sob uma lógica desenvolvimentista. Observa-se, contudo, a ausência completa de referências às comunidades tradicionais diretamente impactadas pela atividade, como ribeirinhos e povos indígenas, cujas vozes e perspectivas não são incorporadas à narrativa jornalística.

Na Figura 5, a reportagem intitulada “*Presidente da Petrobras diz que petróleo ‘não é incongruente’ com preservação ambiental*”, publicada em 13 de novembro de 2024, apresenta a defesa, por parte da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, de que a exploração de petróleo na Foz do Amazonas seria compatível com a preservação ambiental. Em evento realizado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a dirigente mobiliza termos como *conciliar, responsabilidade, zelo, cuidados e preservação*, construindo uma narrativa que associa o avanço da atividade exploratória à ideia de desenvolvimento responsável. A matéria informa ainda que a Petrobras teve o pedido de licença negado por técnicos do Ibama em duas ocasiões, embora continue buscando autorização para a exploração, e destaca projetos financiados pela Petrobras e pelo BNDES, que totalizam mais de 100 milhões de reais destinados a ações de reflorestamento na Amazônia. Observa-se, entretanto, que, assim como na matéria anterior, não há qualquer menção às comunidades tradicionais potencialmente impactadas pelo empreendimento, como ribeirinhos e povos indígenas, cujas perspectivas permanecem ausentes da cobertura jornalística.

Figura 6 – Colunista do *Sumaúma* publica carta aberta para as pessoas que apoiam a exploração da Foz



Fonte: *Sumaúma* (2024).

Na Figura 6, a coluna intitulada “*Carta aos amigos desenvolvimentistas*” - publicada no *Sumaúma* e assinada por Sidarta Ribeiro e Cacao Sousa - constitui o primeiro material selecionado desse veículo e apresenta uma abordagem discursiva significativamente distinta

das reportagens da *Folha de S.Paulo*. Ao problematizar a noção de desenvolvimento, o texto associa a exploração petrolífera a expressões como *desequilíbrio ambiental*, *destruição da matéria orgânica viva*, *ruína*, *degradação* e *negligência dos riscos*, construindo uma narrativa que enquadra o empreendimento como ameaça existencial aos ecossistemas amazônicos. A escrita, mais extensa e ensaística, adota um registro reflexivo e ético, que se diferencia do padrão informativo convencional. Logo no parágrafo inicial, os autores explicitam um posicionamento cosmopolítico ao afirmar, em Sumaúma (2023): “Agradeço aos ancestrais humanos e não humanos, desde as avós mais antigas até minha mãe e meu pai. Agradeço aos povos originários deste continente, com profundo respeito”. Ao longo do texto, as vozes dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas que vivem no Amapá são reiteradamente convocadas e reconhecidas como centrais para a reflexão proposta, sendo tratadas como saberes legítimos e fundamentais na crítica à exploração da Foz do Amazonas.

Figura 7 – Matéria publicada pelo *Sumaúma* faz análise sobre as catástrofes possíveis no Amapá



Fonte: Sumaúma (2024).

Na Figura 7, a reportagem intitulada “*Quando a maré dobrar, a mancha vai entrar – A iminente perfuração de um poço da Petrobras na foz do Amazonas é a catástrofe anunciada que vai testar o compromisso de Lula com o meio ambiente*” constrói o desenvolvimento a partir de um léxico marcado por termos como *impacto*, *degradação*, *embate*, *estratégia kamikaze*, *tragédia*, *fragilidade ecológica*, *biodiversidade*, *perigo* e *risco*. Diferentemente das narrativas analisadas na *Folha de S.Paulo*, o conjunto desses termos produz um enquadramento que não apenas diverge, mas se mostra inconciliável com a noção desenvolvimentista baseada no crescimento econômico. Como destaca Sumaúma (2023), a área prevista para a exploração é descrita como “riquíssima em peixes, abriga 80% dos mangues do país e suas correntes e leitos, especialmente na bacia da foz do rio Amazonas, que ainda são pouco estudados pela

ciência”, enfatizando a vulnerabilidade ambiental do território. Além disso, a reportagem incorpora fontes indígenas e reforça a exigência da realização de “consulta prévia, livre, informada e com boa-fé aos povos indígenas e comunidades tradicionais interessadas”, com respeito aos “protocolos de consulta e consentimento elaborados pelas próprias comunidades impactadas”. Esse enquadramento evidencia uma compreensão de desenvolvimento ancorada na proteção da vida, dos territórios e dos modos de existência, aproximando-se das concepções do Bem Viver e explicitando, de forma contundente, o equívoco que atravessa as narrativas em disputa.

Essa comparação evidencia que as narrativas publicadas pela *Folha de S.Paulo* e pelo *Sumaúma* sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas produzem interpretações radicalmente distintas do termo “desenvolvimento”, bem como dos contextos políticos, ambientais e sociais que o circunscrevem. Tais divergências não se limitam a diferenças de enfoque, mas expressam enquadramentos ontologicamente inconciliáveis, conforme propõe o referencial do Jornalismo pelo Equívoco, de Medeiros Laia. Com o objetivo de aprofundar essa compreensão, a análise foi organizada em quatro etapas.

Primeiro, buscamos o termo que exemplifica o equívoco. A palavra *desenvolvimento* surge em todos os textos como o centro do debate, capaz de gerar múltiplas compreensões. Para a *Folha de S.Paulo*, *desenvolvimento* se associa à segurança energética, desenvolvimento econômico e responsabilidade econômica, defendendo a ideia de progresso econômico regional e nacional que depende da exploração de recursos, a exemplo da Foz do Amazonas. Já para *Sumaúma*, o desenvolvimento está diretamente relacionado à preservação ambiental, a escutar as comunidades tradicionais que vivem no Amapá (ribeirinhas e indígenas), a segurança da biodiversidade amazônica, associando a exploração com perigos e riscos. Esse descompasso entre significados revela que as visões de mundo afetam diretamente a leitura da palavra desenvolvimento. Por esse motivo, escolhemos o termo como estudo central do *Equívoco*.

Depois, a construção dos significados. Na *Folha de S.Paulo*, *desenvolvimento* é construído em torno da ideia de exploração econômica, como algo positivo e necessário, justificado pela responsabilidade energética com o país e pelo avanço do capital. Nessa visão, o desenvolvimento depende da exploração de recursos naturais para gerar oportunidades de evolução e fortalecer a economia amapaense. Para o governador do Amapá, negar essa possibilidade para a população é injusto, e incorreto. Os defensores da exploração, portanto, enxergam nessa oportunidade, uma maneira de aumentar a arrecadação financeira, e é pelo capital que enxergam o bem-estar. No *Sumaúma*, ao contrário, o desenvolvimento é

incompatível com a exploração de petróleo na região, retratado como ameaça existencial, associada a potenciais derramamentos de óleo e extermínio de biodiversidade. Essa divergência de significados demonstra que a visão ligada ao Bem Viver, que abordamos do ponto de vista dos povos originários, só existe em um lado, no *Sumaúma*.

No terceiro passo, entendemos quais as palavras que se repetem com maior frequência nas matérias. A análise de palavras recorrentes demonstra as prioridades de cada veículo: enquanto a *Folha de S.Paulo* repete termos como oportunidade e responsabilidade energética, sugerindo que o petróleo é um meio inegável de progresso, *Sumaúma* usa termos como riscos, vazamento e extermínio, destacando os possíveis impactos ambientais, o que não acontece na *Folha*. Essa escolha de palavras nos mostra como cada veículo adota uma postura, uma visão de mundo — a *Folha* reforça uma visão desenvolvimentista que enaltece o capital, enquanto a *Sumaúma* alerta sobre as ameaças à biodiversidade e à sustentabilidade. Esse padrão de linguagem reflete, assim, as respectivas inclinações para um desenvolvimento econômico contra um desenvolvimento ecológico e sustentável. Na Figura 4, as palavras que mais se repetem são: Petróleo (8), Ibama (6), extração (4), energia (3), viver (3). Na figura 5, são: Petrobras (9), Milhão (6), Petróleo (6), Ambiente (5), Projeto (5). Na Figura 6: Floresta (6), Exploração (5), Desenvolvimentista (5), Vida (5), Humano (5), Povo (5). Na Figura 7: Petrobras (23), Petróleo (15), Ambiental (11), Exploração (9), Rio (9), Estudo (9), Licenciamento (8).

Quadro 2 – Análise dos conteúdos

Jornal	Título da reportagem	Autoria das reportagens	Data da publicação	Principais termos	Acesso
<i>Folha de S.Paulo</i>	Presidente da Petrobras diz que petróleo 'não é incongruente' com preservação ambiental	Nicola Pamplona	13 de nov. 2024, às 21h21	Petrobras (9), Milhão (6), Petróleo (6), Ambiente (5), Projeto (5)	Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/presidente-da-petrobras-diz-que-petroleo-nao-e-incongruente-com-preservacao-ambiental.shtml .
<i>Folha de S.Paulo</i>	Brasil deve pensar na demanda global, diz Silveira ao defender extração de	Pedro Lovisi	4 nov. 2024, às 19h55	Petróleo (8), Ibama (6), extração (4), energia (3), viver (3).	Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/brasil-deve-pensar-na-demanda-global-diz-silveira-ao-defender-extracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas.shtml .

	petróleo na foz do Amazonas				
<i>Sumaúma</i>	Quando a maré dobrar, a mancha vai entrar	Claudia Antunes	3 de fev. 2023	Petrobras (23), Petróleo (15), Ambiental (11), Exploração (9), Rio (9), Estudo (9), Licenciamento (8)	Disponível em: https://sumauma.com/quando-mare-dobrar-mancha-vai-entrar-petroleo-foz-amazonas/ .
<i>Sumaúma</i>	Carta aos amigos desenvolvimentistas	Sidarta Ribeiro e Cacao Sousa	27 set. 2023	Floresta (6), Exploração (5), Desenvolvimento (5), Vida (5), Humano (5), Povo (5)	Disponível em: https://sumauma.com/carta-aos-amigos-desenvolvimentistas/ .

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Ao identificar as diferenças nos discursos, destacamos os seguintes equívocos secundários: "é necessário para a economia amapaense explorar a foz do Amazonas?" e "é preciso abrir mão da segurança ambiental para o avanço do capital?". Para a *Folha*, a autorização para a exploração é urgente, e os estudos ambientais são necessários para permitir esse avanço rapidamente, buscando atingir o desenvolvimento econômico. No entanto, *Sumaúma* considera que os riscos dessa exploração são grandes, e não compensam em dois sentidos: no retorno do capital, que não se sobrepõe à qualidade de vida dos moradores da região e no retorno tecnológico e energético de fato, pois defende que a era de petróleo já passou há mais de uma década. Esses equívocos exemplificam a discordância sobre desenvolver.

Dessa forma, essa análise compreende que a divergência de visões retrata realidades opostas. O *Jornalismo pelo Equívoco* de Medeiros Laia (2016; 2020) não é útil apenas para apontar o ponto de interseção gerado por um equívoco, mas para nos indicar as camadas de conhecimento presentes em um material jornalístico. É necessário ter a capacidade de refletir para além do que está sendo publicado, buscando compreender e questionar as narrativas nas mídias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura jornalística sobre a exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas, à luz dos referenciais do Bem Viver (Acosta, 2016; Krenak, 2019) e do Jornalismo pelo Equívoco (Laia, 2016; 2020), evidencia que as divergências identificadas entre os materiais da *Folha de S. Paulo* e do *Sumaúma – Jornalismo do Centro do Mundo* não se configuram como simples desacordos editoriais ou diferenças de abordagem informativa. Trata-se, antes, da manifestação de conflitos ontológicos e epistemológicos mais profundos, relacionados a distintas concepções de desenvolvimento, território e vida

Os resultados indicam que, nas reportagens analisadas da *Folha de S. Paulo*, o desenvolvimento é predominantemente enquadrado a partir de uma racionalidade desenvolvimentista centrada na segurança energética, no crescimento econômico e na lógica do capital. Esse enquadramento se expressa tanto na seleção das fontes - majoritariamente governamentais e empresariais - quanto na recorrência de termos que associam a exploração petrolífera à geração de riqueza e à superação da pobreza. Observa-se, contudo, a ausência sistemática de vozes indígenas e ribeirinhas diretamente afetadas pelo empreendimento, o que produz um regime de visibilidade limitado e contribui para o silenciamento de perspectivas fundamentais para a compreensão dos impactos socioambientais da atividade.

Em contraste, os conteúdos publicados pelo *Sumaúma* constroem uma narrativa ancorada em uma perspectiva socioambiental e cosmopolítica, na qual o desenvolvimento é problematizado a partir dos riscos ecológicos, da fragilidade dos ecossistemas amazônicos e da centralidade dos modos de vida dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Nesse enquadramento, a exploração de petróleo aparece associada a termos como risco, degradação e ameaça existencial, sendo explicitamente tensionada pela exigência da consulta prévia, livre e informada, conforme os protocolos elaborados pelas próprias comunidades impactadas. Tal abordagem aproxima-se das concepções do Bem Viver ao reconhecer a inseparabilidade entre território, vida coletiva e natureza.

À luz do Jornalismo pelo Equívoco, essas diferenças não devem ser interpretadas como erros factuais ou falhas técnicas, mas como expressões de equivocação controlada, nas quais um mesmo termo - “desenvolvimento” - assume sentidos inconmensuráveis conforme as ontologias que orientam sua mobilização. Enquanto uma narrativa opera a partir de uma visão instrumental da natureza e de um modelo de progresso linear, a outra se ancora em racionalidades que compreendem o território como espaço vivo, relacional e indissociável dos

modos de existência que nele se produzem. O equívoco, nesse contexto, revela-se um operador analítico capaz de tornar visíveis as disputas de sentido que atravessam o jornalismo ambiental na Amazônia.

Dessa forma, o estudo evidencia os limites do jornalismo hegemônico na mediação de conflitos socioambientais complexos, especialmente quando a seleção de fontes e os enquadramentos adotados reproduzem hierarquias epistêmicas que marginalizam saberes indígenas e cosmologias não ocidentais. Ao mesmo tempo, aponta para o potencial de práticas jornalísticas alternativas em ampliar o campo de visibilidade, incorporar múltiplas perspectivas e tensionar modelos hegemônicos de desenvolvimento. Conclui-se que a inclusão efetiva das vozes indígenas não constitui apenas uma exigência ética ou normativa, mas uma condição epistemológica para a produção de narrativas jornalísticas capazes de dar conta da complexidade dos conflitos que atravessam a Amazônia contemporânea.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para pensar outros mundos. Segunda reimpressão. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante. 2016.

ANTUNES, C. Quando a maré dobrar, a mancha vai entrar. **Sumaúma**, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/quando-mare-dobrar-mancha-vai-entrar-petroleo-foz-amazonas/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em: 2 fev. 2025.

CASTRO, E. V. de. A antropologia perspectivista e o método de equivocação controlada. Tradução de Marcelo Giacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. **ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 5 (10): 247-264. agosto a dezembro de 2018. ISSN: 2358-5567. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/8341>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ESTEVES, L. C.; CAL, D. G. Mulheres Indígenas em Comunicação: Resistência Interseccional na luta pelo Território-Corpo-Espírito. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 67–91, 2024. DOI: 10.29146/eco-ps.v27i3.28361. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28361. Acesso em: 2 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do censo 2022**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Decisão do Ibama sobre pedido de licença para perfuração no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas. Matéria de assessoria. **Ascom Ibama**. Brasília, DF, mai. 2023. Disponível: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-nega-licenca-de-perfuracao-na-bacia-da-foz-do-amazonas>. Acesso em: 5 jan. 2025.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2019.

LAIA, E. J. M. O telefone celular na rede-jornalismo: o conceito de equívoco e a invenção de uma teoria diferenciante. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e34549, 2020. DOI: 10.15448/1980-3729.2020.1.34549. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/34549>. Acesso em: 2 fev. 2025.

LAIA, E. J. M. **O jornalismo em equívoco**: sobre o telefone celular e a invenção diferenciante. Tese (doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, 2012, p. 527-552. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322012000200006>. Acesso em: 2 fev 2025.

LOVISI, P. Brasil deve pensar na demanda global, diz Silveira ao defender a extração de petróleo na foz do Amazonas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, SP, 4 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/brasil-deve-pensar-na-demanda-global-diz-silveira-ao-defender-extracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MELO, P. B. de. **Sujeitos sem voz**: agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

METRÓPOLES. IBAMA, *Fluido que paralisou perfuração na Foz do Amazonas vazou no mar*. Brasília, jan. 2026. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/ibama-fluido-que-paralisou-perfuracao-na-foz-do-amazonas-vazou-no-mar>. Acesso em: 9 jan. 2026.

NASCIMENTO, G. S. S. D. **Meio ambiente, cultura e mídia**: uma análise do posicionamento discursivo da Folha de São Paulo sobre as Cops 21, 26 e 27. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

PAMPLONA, N. Presidente da Petrobras diz que petróleo não é incongruente com preservação ambiental. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, SP, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/presidente-da-petrobras-diz-que-petroleo-nao-e-incongruente-com-preservacao-ambiental.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2024.

RIBEIRO, S.; SOUSA, C. Carta aos amigos desenvolvimentistas. **Sumaúma**, 27 set. 2023.

Disponível em: <https://sumauma.com/coluna-sementear-sidarta-ribeiro-carta-aos-amigos-desenvolvimentistas/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

RINCÓN, O. Mutações bastardas da comunicação. **MATRIZes**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 1, p. 65–78, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v12i1p65-78. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/145682>. Acesso em: 2 fev. 2025.